

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AGENDA 2030: UMA ANÁLISE DOS INDICADORES BRASILEIROS

SUSTAINABLE DEVELOPMENT AND AGENDA 2030:
AN BRAZILIAN INDICATORS' ANALYSIS

Felipe Bernardi Zorzo

Bacharel em Comércio Internacional pela Universidade de Caxias do Sul (Caxias do Sul/Brasil).
E-mail: fbzorzo@ucs.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7406-4408>

Fernanda Lazzari

Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/Brasil).
Professora na Universidade de Caxias do Sul (Caxias do Sul/Brasil).
E-mail: flazzar3@ucs.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6480-0547>

Eliana Andrea Severo

Doutora em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/Brasil)
e pela Universidade de Caxias do Sul (Caxias do Sul/Brasil). Professora na Universidade Federal de Pernambuco (Recife/Brasil).
E-mail: elianasevero2@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5970-4032>

Julio Cesar Ferro de Guimarães

Doutor em Administração pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Porto Alegre/Brasil)
e pela Universidade de Caxias do Sul (Caxias do Sul/Brasil). Professor na Universidade Federal de Pernambuco (Recife/Brasil).
E-mail: julioferro@guimaraes@yahoo.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3718-6075>

Recebido em: 17 de março de 2022

Aprovado em: 8 de junho de 2022

Sistema de Avaliação: Double Blind Review

RGD | v. 19 | n. 2 | p. 160-182 | jul./dez. 2022

DOI: <https://doi.org/10.25112/rgd.v19i2.3114>

RESUMO

A sustentabilidade vem se fazendo cada vez mais presente no cotidiano da população mundial, porém, ainda não é suficiente para garantir um futuro próspero e plenamente sustentável. Sendo assim, foi instituída pela Organização das Nações Unidas — ONU, a Agenda 2030, cujo objetivo é orientar as nações mundiais para trilharem juntas rumo a um mundo melhor. Esta agenda está subdividida em 17 objetivos, que visam a integrar e auxiliar o desenvolvimento sustentável. Frente a isso, o objetivo desse estudo foi analisar os objetivos de desenvolvimento sustentável do Brasil para com a Agenda 2030. Para tanto, realizou-se uma pesquisa de carácter exploratório com base em dados secundários, em que foram analisados 17 indicadores, a fim de identificar a evolução do Brasil perante a Agenda. Os resultados dessa pesquisa evidenciaram que o Brasil apresenta boa evolução no que diz respeito aos indicadores relacionados à participação das energias renováveis na oferta interna de energia. Por outro lado, o país mostra pouca evolução em aspectos sociais como a redução da taxa de pobreza extrema.

Palavras-chave: Agenda 2030. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Indicadores Brasileiros.

ABSTRACT

Sustainability is becoming more and more present in the daily life of the world's population, however, it is still not enough to guarantee a prosperous and fully sustainable future. Therefore, the 2030 Agenda was established by the United Nations, whose objective is to guide the nations to walk together towards a better world. This agenda is subdivided into 17 objectives, which aim to integrate and support sustainable development. Therefore, the objective of this study was to analyze Brazil's sustainable development objectives in relation to the 2030 Agenda. To this end, an exploratory research was carried out based on secondary data, in which 17 indicators were analyzed in order to identify the evolution of Brazil before the Agenda. The results of this research showed that Brazil presents a good evolution with regard to the indicators that concern the share of renewable energies in the Internal Energy Supply. On the other hand, the country shows little progress in social aspects such as the reduction of the extreme poverty rate.

Keywords: Agenda 2030. Sustainable Development Goals. Brazilian indicators.

1 INTRODUÇÃO

A Revolução Tecnológica e o fim da Segunda Guerra e da Guerra Fria, acompanhados de mudanças significativas para os blocos socialistas, trouxeram novos ideais capitalistas. Ideais esses ordenados por nações ocidentais mais desenvolvidas e ricas que impuseram sua cultura e sua perspectiva de produção e disseminação de ideias até mesmo através da força. Dessa forma, países mais pobres transformaram-se em produtores e consumidores daqueles com maior poder aquisitivo. Naturalmente, algumas culturas sofreram adaptações e inclusive algumas foram exterminadas (MACHADO; MATSUSHITA, 2019).

Nesse sentido, houve uma fortificação de determinadas culturas, que acabaram influenciando as formas de vestimenta, religião, hábitos e valores, dentre muitos outros aspectos. Conseqüentemente, diferentes países começaram a se espelhar nas grandes potências, com pensamentos e estilos de vida parecidos. Com isso, o desejo de compra de produtos internacionais também despertou, intensificando, além do comércio de *commodities*, já bastante utilizado, a compra de produtos manufaturados, de beleza, vestuário, alimentício, etc. A partir de então, a globalização do consumo deu-se de forma acelerada, estendendo-se até os dias atuais.

Dada essa miscigenação de culturas, formações de equipes multiculturais e operações estratégicas, surgiram as multinacionais (que começaram formando cadeias de produção e distribuição globais). A partir daí, formaram-se alianças, contratos de transferência de tecnologias e aquisições de empresas em diferentes partes do mundo. Grandes potências do sudeste asiático surgiram por causa do alto desenvolvimento tecnológico e mão-de-obra barata. Dessa forma, intensificaram a concorrência por preços baixos. O desenvolvimento trouxe consigo transportes mais rápidos e econômicos, impulsionando também as viagens internacionais, que levavam consumidores a um perfil de compra global, um verdadeiro avanço na qualidade devida da população. Em contrapartida, trouxe consigo grandes problemas ambientais (CIGNACCO, 2009).

Assim, a Organização das Nações Unidas (ONU BRASIL, 2022), juntamente com os representantes de seus Estados-Membros, no ano de 2015, criou a Agenda 2030, cujo objetivo é combater diversos problemas mundiais, como a erradicação da pobreza em suas diversas dimensões através da problemática principal, que aponta o uso consciente de recursos naturais a fim de evitar sua escassez a médio e longo prazo. No intuito de explorar essa temática, a pesquisa objetivou responder ao seguinte problema de pesquisa: Quais os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) do Brasil frente a Agenda 2030 e como o país vem avançando em relação a cumprimento desses objetivos? Sendo assim, o presente estudo visou analisar o desempenho brasileiro em relação aos ODS da Agenda 2030 através da análise de indicadores relacionados ao cumprimento das metas propostas em cada um dos ODS. Para tanto, a partir

dos objetivos de desenvolvimento sustentável estabelecidos pela ONU na Agenda 2030, mapeou-se as metas estabelecidas pelo Brasil para atender aos ODS e, na sequência, analisou-se indicadores brasileiros relacionados a cada um deles.

A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), juntamente com seus objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), desenvolvem ações de conscientização e mudanças significativas na sociedade e na indústria, promovendo inovações tecnológicas, com a finalidade de melhorar os fatores econômicos (MARQUES, 2019). Dessa forma, o presente estudo foi importante para uma análise do cenário brasileiro, visando entender suas contribuições para atingir os objetivos de desenvolvimento sustentável. Esta pesquisa contribui, ainda, para que empresas e organizações, por meio da inovação e da tecnologia sustentável, trilhem caminhos para um futuro livre de poluentes e degradação, atingindo, na prática, o verdadeiro objetivo de desenvolvimento sustentável. Além disso, possibilita identificar dificuldades encontradas pelo país, os desafios e as novas tendências mundiais no que diz respeito à globalização sustentável.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 AGENDA 2030 E OS ODS

Líderes mundiais estiveram comprometidos em comum ação e esforço em uma ampla e universal agenda política. A Agenda 2030 é o marco para o desenvolvimento sustentável e coletivo na busca global da evolução cooperativa e tecnológica. A implementação desta traz consigo benefícios para as atuais e futuras gerações. Sua introdução na sociedade se fará de forma consistente e segura, sob obrigações de leis internacionais (ONU BRASIL, 2022).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável são um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. Estes são os objetivos para os quais as Nações Unidas estão contribuindo a fim de que possamos atingir a Agenda 2030 no Brasil (ONU BRASIL, 2022).

Este plano de ação, intitulado como "Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável", é constituído por 17 diferentes enfoques, selecionados por se tratarem dos principais problemas mundiais a serem amenizados e/ou resolvidos até o ano de 2030. Estes problemas envolvem a sociedade e os Estados-Membros, para que, juntos, possam resolver, unindo forças, tecnologia

e inovação, os almeçados objetivos de desenvolvimento sustentável, buscando implementar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), estabelecidos no ano de 2000 (MICHAELSEN, 2020).

No plano ODM estavam descritos objetivos muito parecidos e relacionados aos planejados para a Agenda 2030. Em ambos, a erradicação da pobreza, em todas as suas formas e em todos os lugares, aparece em primeiro lugar. Objetiva-se diminuir em pelo menos metade o número de pessoas que passam por vulnerabilidade social. Para tanto, serão incluídos pisos salariais e auxílios para o desenvolvimento pessoal dos indivíduos (UNFPA BRASIL, 2021).

Esta vulnerabilidade traz consigo inúmeros problemas, dentre eles o da fome. O objetivo é até 2030 acabar totalmente com a desnutrição e buscar por aumento de produções agrícolas, acesso ao alimento saudável e crescimento saudável de crianças e jovens. Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado do mercado de *commodities* de alimentos e seus derivados, com altos investimentos e muito trabalho, além de buscar eficiência e qualidade nos processos alimentícios, o que gerará, conseqüentemente, a saúde e o bem estar da população (IBGE, 2021).

Dentre os objetivos, também, está a redução da taxa de mortalidade materna, o extermínio de doenças epidemiológicas, a prevenção e acesso a informações sobre doenças sexualmente transmissíveis, o apoio à pesquisa e muitos outros fatores a serem aprimorados e desenvolvidos. Com o acesso à pesquisa e à educação inclusiva de qualidade e equitativa, serão promovidas oportunidades de aprendizagem para todos, com instalações físicas de melhor qualidade e maior disponibilidade para quem as necessite. Objetiva-se garantir que todos os alunos tenham acesso aos meios de educação, exterminando também a disparidade de gênero, tanto na educação, quanto na formação profissional (SOUZA, 2015).

Assim sendo, a busca pela igualdade de gênero, empoderará mulheres e meninas em busca do extermínio de todas as formas de discriminação e exploração sexual, além de garantir o acesso universal à saúde sexual. Enfatiza-se, também, a busca pela igualdade econômica, o direito igualitário pela luta de oportunidades de liderança e a inclusão das mesmas na política, reconhecendo e valorizando seus trabalhos profissionais e domésticos. No sexto tópico, a ONU cita a garantia de água potável e saneamento básico para todos, com acesso pleno à higiene. Para isso, faz-se necessária a preservação deste recurso, diminuindo a poluição e liberação de químicos em afluentes (SANTOS, 2021).

Essa busca guiar-se-á por ações sustentáveis e se fará necessária a facilitação para tanto. Sendo assim, até 2030, deve-se assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis para serviços de energias renováveis. Por conseguinte, a expectativa é a melhoria da eficiência energética. Além disso, promover também o crescimento econômico, inclusivo e sustentável, com empregos plenos, atingindo níveis elevados de produtividade do comércio dos países em desenvolvimento através da

Iniciativa de Apoio para o Comércio "Aid for Trade" que presta assistência a países menos desenvolvidos (ONU BRASIL, 2022).

Schio *et al.* (2019) afirmam que, com a Iniciativa de Apoio ao Comércio, será possível desenvolver a inovação tecnológica industrial, com infraestruturas de qualidade, confiáveis e sustentáveis, incluindo projetos transfronteiriços, que buscam preços mais acessíveis para todos. Consequentemente, precisa-se modernizar infraestruturas de pequenas, médias e grandes empresas e torná-las sustentáveis, com auxílio para promoção e desenvolvimento das mesmas. Progressivamente, a partir disso, alcançar e sustentar o crescimento da renda da população mais pobre, empoderando e promovendo a inclusão social e econômica, melhorando a regulamentação e monitoramento de mercados e instituições financeiras globais.

No plano de objetivos sustentáveis, ainda se destaca a migração legal e planejada, possibilitando uma mobilidade ordenada e humanizada, reduzindo também os custos de transações de imigrantes, promovendo maior segurança, principalmente para cidades fronteiriças, e garantindo habitações seguras e apropriadas. Com isso, haverá o aumento da capacidade de gestão e assentamento de recursos humanos, com acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos e verdes. Este enfoque, correlaciona-se, também, ao consumo e produção sustentáveis, que traz redução substancial da geração de resíduos por meio da preservação, reciclagem e reuso (BRZOZOWSKI, 2012).

Dentre os objetivos da ONU ainda está a redução de taxas de exploração e abuso em todas as suas formas, buscando a diminuição nos números de mortalidade e violência, promovendo uma justiça igualitária, o asseguramento da informação, menor desigualdade e políticas não discriminatórias. Além disso, estabelece a formação de "Parcerias e Meios de Implementação", que reforça a revitalização da parceria global para um desenvolvimento sustentável promissor e o cumprimento de todos os dezessete objetivos descritos. Este último elenca setorialmente objetivos, dentre eles as finanças, que fortalecem a captação de recursos internos e mobilizam recursos adicionais para países em processo de desenvolvimento (IBGE, 2021).

Nesse sentido, a tecnologia aparece como elemento fundamental já que, por meio da disseminação e difusão do acesso internacional à ciência em condições favoráveis, capacita pessoas para colocar em prática os objetivos estabelecidos, desenvolvendo a sustentabilidade e evoluindo rapidamente para cumprir com a Agenda 2030. No quesito comércio, o objetivo é promover um sistema multilateral, aumentando as exportações de países em desenvolvimento e estabelecendo o livre acesso a mercados sem cotas e taxas para países menos desenvolvidos. Por fim, nas questões sistêmicas, estão descritos melhoramentos da macroeconomia global, incentivando parcerias públicas e reforçando a capacitação e as iniciativas para desenvolvimento do Produto Interno Bruto (PIB) de cada país (LIMA, 2014).

2.2 SUSTENTABILIDADE

Conceitos de sustentabilidade, mesmo com o passar do tempo, continuam os mesmos, porém, ações e mudanças são necessárias constantemente. Juntamente com a tecnologia e o crescimento industrial e global, são necessárias mudanças consideráveis, o que influencia diretamente no comportamento das empresas, que precisam adequar-se às necessidades. Os problemas ambientais, além dos econômicos e sociais, também influenciam o tema (CLARO; CLARO; AMÂNCIO, 2008). Sendo assim, para se chegar a uma cadeia de suprimentos sustentável é preciso que hajam incentivos às empresas e que todos os grupos externos à ela estejam conectados à cadeia, já que a pressão e a responsabilidade sobre a empresa, que pode ser exercida por órgãos regulamentadores, clientes e *stakeholders*, será repassada aos seus fornecedores (SANTAREM; BEGNIS).

Muito mais que apenas a emissão de gases à atmosfera, a sustentabilidade está atrelada a diversos processos. Então, em uma discussão ocorrida em meados de dezembro de 2009, pensou-se, em reunião na cidade de Copenhague, que os países desenvolvidos emitiram altos números de gases durante muitos anos, aumentando de forma drástica o efeito estufa. Assim, foi reiterado o compromisso de que todos os países devem ter para com o planeta (TORRESI; PARDINI; FERREIRA, 2010).

A legislação brasileira inicia a busca pela promoção do equilíbrio entre o avanço socioeconômico do país e a manutenção do equilíbrio ecológico com a publicação da Lei nº 6.938/1981, a qual dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. Esta política estimula o desenvolvimento de meios de produção eficientes, tecnológicos e através da racionalização dos recursos disponíveis. Esta lei pode ser entendida como o embrião das licitações sustentáveis no Brasil (FERRAZ, 2021).

A sustentabilidade se encontra em fase de constante evolução, com o aumento de movimentos e organizações preocupadas com o presente e o futuro ambiental. Estes impactos são vinculados diretamente à responsabilidade social e atrelados ao desenvolvimento sustentável. Além disso, Torresi, Pardini e Ferreira (2010) afirmam que a conservação do meio ambiente deve estar inserida nas políticas de desenvolvimento dos países, enfatizando o dever de toda a população, empresas e governos para com tudo e todos.

Sendo assim, durante oito anos, entre 1992 – 2000, foi realizada uma pesquisa com milhares de pessoas ao redor do mundo, em diferentes culturas, religiões e crenças, para escrever o documento chamado: “A carta da Terra”, cujo conteúdo trata sobre os riscos ambientais futuros que pesam sobre a humanidade. Ao mesmo tempo, cheio de esperança, propõe atitudes humanas sustentáveis a serem compartilhadas por todos. Com palavras de fácil compreensão, sugere que a realidade do momento atual

é grave e precisa de atenção, na qual a escolha de cuidar e manter a Terra é uma tarefa de todos (BOFF, 2017).

2.3 GLOBALIZAÇÃO SUSTENTÁVEL

Finuras (2018) afirma que a globalização é um fenômeno natural, que evolui por si só trazendo consigo inúmeros fatores, acontecimentos, formas e problemas. Entretanto, a globalização é uma tendência para a mundialização, seja dos negócios, dos mercados ou da economia. Através disso, e com forte influência tecnológica, o mundo caminha em direção a uma grande aldeia global, onde se fragmentam diferentes formas de produção e consumo. Sendo assim, são cada vez mais inovadoras as características e ideias para a sua gestão, que busca uma evolução constante e necessária.

Entretanto, pode-se salientar que a globalização é uma tendência de misturas culturais, potencializada principalmente pelos meios de comunicação da tecnologia. Esse conjunto de fenômenos relacionados à pós-modernidade produziu alguns efeitos, como a formação de identidades menos centralizadas, instituições influenciadoras, nomadismo, supervalorização de aparência e perda de essência, individualismo crescente e incertezas. Exige, portanto, que soluções de equidade social sejam tomadas, refletindo e questionando os problemas causadores de um abismo social, buscando soluções eficazes práticas para sua disseminação (DUGNANI, 2018).

Trata-se de um tema social, que, juntamente com a economia internacional, gera uma crise que tem afetado fortemente o desenvolvimento e a administração de relações internacionais, econômicas e de recursos naturais. Os presentes aspectos colocam em risco a globalização sustentável, alertando países emergentes a fortalecerem seus pilares de crescimento e manutenção. Tais problemáticas implicam diretamente em questões ambientais e políticas, criando dificuldades em atingir os objetivos sustentáveis estabelecidos, enfrentando o desafio de trabalhar com políticas integradas entre as nações e resistência à governança ambiental de países desenvolvidos, como Estados Unidos da América e países membros da União Europeia (OLIVEIRA, 2018).

Sapienza e Pandolfi (2019) afirmam que, ainda na década de 80, empresas também resistentes visavam ao lucro sem nem pensar na decorrência de suas atitudes. Com a revolução industrial, muitas máquinas foram implantadas nas empresas e, a partir dos altos índices de inovação tecnológica, a emissão de poluentes acompanhou o crescimento, elevando os índices de poluição mundial. Com fortes acusações a empresas que não agiam de forma sustentável, iniciou-se um processo de cobrança para que as mesmas assumissem a responsabilidade social para com a natureza, realizando investimentos e tornando suas produções sustentáveis.

Diante de tantas controvérsias, o caminho a ser percorrido para chegar ao tão almejado objetivo de sustentabilidade torna-se complicado. É de fundamental importância o pacto global da ONU para que se garanta a globalização sustentável, com o compromisso e a participação social mundial. É dever de cada estado tutelar as ações, garantido e assegurando um presente e futuro seguros para todos, realizando a junção entre o desenvolvimento econômico e sustentável, efetivando as propostas e fortalecendo os mecanismos de proteção a exploração ambiental e garantindo o desenvolvimento de todos os países (BECKERS; PINHEIRO; WINTER, 2019).

3 MÉTODO

Para este trabalho foi empregada uma pesquisa predominantemente qualitativa com caráter exploratório, operacionalizada por meio de análise de dados secundários. A coleta de dados objetivou reunir informações necessárias e específicas cujas fontes foram, essencialmente, o site oficial da ONU e os sites oficiais do governo brasileiro.

Vale destacar que a seleção das fontes para compor o estudo foi baseada nos critérios de qualidade, confiabilidade e validade. Sendo assim, a fonte de qualidade é aquela que permitiu aos pesquisadores verificar e assegurar os resultados, com grau positivo de excelência. Já a confiabilidade foi entendida como a possibilidade de checagem da consistência dos dados e dos procedimentos, com credibilidade sobre o que continha o estudo. Por fim, a validade recebeu uma atenção especial, tendo em vista que as informações coletadas sofreram nenhum tipo de modificação, não podendo ser julgadas, mantendo sua neutralidade e validade (FLICK, 2009).

Sendo assim, foram analisadas as metas adaptadas pelo Brasil, com base nos ODS estabelecidos pela ONU. Esta análise foi feita com base em relatórios divulgados pelo governo do Brasil e em estudos de instituições como o Grupo de Trabalho para Sociedade Civil para Agenda 2030. A partir disso, foi selecionado um indicador para cada um dos 17 ODS, a fim de compilar informações importantes sobre o andamento da Agenda no país e analisar seu compromisso com as ações globais estabelecidas.

Os dados referentes aos indicadores analisados foram coletados no primeiro semestre do ano de 2022 e trazem a perspectiva mais recente sobre cada um deles, refletindo a realidade atual do país em relação a cada um dos indicadores. Vale ressaltar que não há um padrão de tempo histórico analisado, já que os indicadores não estão consolidados de maneira formal em uma mesma base de dados. Nesse caso, uma vez que o objetivo era observar a performance do Brasil em relação aos indicadores, os pesquisadores coletaram dados recentes sobre cada um deles, conforme a disponibilidade de informações oficiais, sem

fixar uma análise histórica igual para todos os indicadores. A partir da coleta de dados, cada indicador foi analisado de acordo com as especificidades que os dados apresentavam.

Vale destacar que os dados secundários apresentados na pesquisa foram obtidos pelos pesquisadores por meio do site oficial da ONU e de sites oficiais do governo brasileiro, como, por exemplo, o do Ministério da Saúde, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Além destes, também foram utilizados materiais bibliográficos e artigos recentes que tratam especificamente sobre o tema em estudo.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 PROPOSTAS ESTABELECIDAS PELO BRASIL PARA ATENDER AOS ODS

Com a aprovação histórica deste compromisso dos países para com o mundo, foram definidos princípios que regem a Agenda. Dentre estes, pode-se dizer que o pilar de sustentação é: "Não deixar ninguém pra trás". Isso implica na inclusão e na promoção das populações mais excluídas e vulneráveis, com objetivos de construir sociedades pacíficas e inclusivas. Com universalidade, levando em conta as particularidades de cada país, mas com envolvimento, integralidade e indivisibilidade na implementação dos ODS. Com enfoque inclusivo e participativo, apropriação nacional e um enfoque baseado nos Direitos Humanos, assim deverão ser colocados em prática os 17 objetivos e suas 169 metas (ONU BRASIL, 2018).

Os ODS apontam objetivos específicos, que devem ser monitorados com indicadores a partir da definição destas metas, as quais são definidas pela ONU e podem ser readequadas, conforme necessidade e compatibilidade com a realidade do país.

Frente aos ODS propostos, pode-se afirmar que, diante dos grandes grupos de problemas mundiais, as lideranças terão que buscar melhorias, caminhos integrais para o desenvolvimento sustentável. Esta é uma responsabilidade universal e que somente será eficiente se houver compromisso de todos os envolvidos. Ao analisar as propostas, é possível identificar esferas de incidência integral até o Desenvolvimento Sustentável.

A primeira e mais importante a ser destacada: as pessoas. É preciso garantir que todo e qualquer ser humano seja capaz de alcançar todo o seu potencial de dignidade e igualdade em ambientes saudáveis. Ao falar nisso, busca-se a proteção contra a degradação do planeta, que, por meios sustentáveis, com uma boa gestão de recursos naturais atenderá as necessidades das gerações atuais e futuras. Uma garantia de prosperidade, de progresso econômico e saudável, de paz, através de sociedades pacíficas, justas e

inclusivas e de parcerias que visem melhores condições de vida, com destaque a sanar as necessidades dos mais vulneráveis (ONU BRASIL, 2018).

Além disso, ao falar de sustentabilidade, é importante saber que existem três aspectos principalmente abordados e que, nos ODS e na Agenda 2030, são chamados de pilares para a evolução. São eles: social, ambiental e econômico. Portanto, no pilar econômico, é preciso garantir gestões de riscos, que preservem os demais pilares. Isso possibilita alocação e gestão eficientes de recursos, a fim de permitir o aumento da produtividade limpa e sustentável, com maior desempenho e, conseqüentemente, maior lucratividade. Já o pilar ambiental pretende diminuir o impacto sobre o meio ambiente para as gerações futuras. Este visa reduzir as emissões de carbono, o uso da água, o desperdício e os impactos gerais sobre o meio ambiente para as gerações futuras, que são prioridade do pilar social, o qual busca conscientizar a comunidade. O bem estar humano e social são prioridade e potencializarão a criação de riqueza social e econômica (INDIGO, 2020).

Ao pensar em beneficiar todas as unidades federativas do Brasil com a Agenda, se faz necessária a participação de todos os setores da sociedade: governo, civil, instituições de ensino e iniciativas privadas. Ao instigar estes grandes grupos a trabalharem por objetivos em comum, torna-se mais viável atingir as metas estabelecidas. Para isso, existem instituições brasileiras que trabalham para tornar possível a autonomia dos municípios, fortalecendo a gestão municipal e consolidando políticas em prol do desenvolvimento sustentável (CACB, 2021).

O relatório brasileiro buscou readequar as metas da Agenda às prioridades do país, tendo em vista que, de forma simples, o mesmo apresenta as metas globais estabelecida pela ONU e as readéqua ao cenário brasileiro, fazendo com que as mesmas fiquem mais próximas à realidade e às necessidades do Brasil.

Dentre a análise de todas as 169 metas globais, o governo brasileiro definiu que duas delas não são pertinentes ao cenário brasileiro, e 124 destas foram readequadas. Foram ampliadas metas já atingidas pelo Brasil, como por exemplo, a taxa de mortalidade materna, e foram incluídos oito novos compromissos, a fim de ir além dos objetivos que a ONU propôs (IPEA, 2018). No quadro 1 é possível observar as propostas estabelecidas pelo governo para cada um dos 17 ODS.

Quadro 1 - Propostas estabelecidas pelo governo brasileiro

Objetivo	Ações de resolução propostas pelo Brasil
1	Mobilização, criação e ampliação de programas e estratégias para acabar com a pobreza, criação de oportunidades e empregos, além de fortalecer e promover a proteção social.
2	Aumentar a produtividade agrícola, corrigir e aumentar investimentos pecuários e rurais, adotando medidas de equilíbrio nutricional e maior facilidade de acesso a produtos básicos alimentícios.
3	Ampliar os serviços de acesso a saúde sexual, vacinas e medicamentos, além de assegurar a integridade de pessoas em vulnerabilidade ou exclusão social.
4	Aumentar substancialmente o número de pessoas com competências técnicas e profissionais. Garantir ambientes de aprendizagem seguros e igualitários, além de construir e adequar instalações escolares que atendam assegurem o acesso de todos.
5	Promover a participação de mulheres na liderança de políticas públicas, promover reformas que concedam as mulheres direitos econômicos igualitários, elaborando, fortalecendo e reforçando ações de acesso a saúde básica, segurança e empoderamento.
6	Desenvolver diretrizes de uso eficiente e cuidado dos recursos hídricos, fortalecendo o uso consciente e estabelecendo medidas de planejamento equilibrado às comunidades.
7	Aumentar, impulsionar e promover o acesso à pesquisa de fontes energéticas sustentáveis avançadas, investindo em tecnologia, infraestrutura e sistemas eficientes, fomentando o acesso facilitado para todas as pessoas.
8	Desenvolvimento de atividades produtivas, criação, ampliação e formalização de empregos e pequenas empresas. Medidas que assegurem a erradicação do trabalho forçado com a proteção dos direitos trabalhistas. Além de desenvolver políticas públicas de capacitação e incorporação à setores de maior valor agregado.
9	Apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, melhorando as capacidades tecnológicas e fomentando a inovação, desenvolvimento e investimentos à pesquisa e desenvolvimento dos setores.
10	Eliminar leis discriminatórias, criar estratégias de encorajamento das minorias e fortalecer os sistemas e o acesso à informação.
11	Construir edifícios sustentáveis, proteger o patrimônio cultural e reduzir os impactos ambientais. Adotar planos para uso consciente de recursos, implementando uma gestão eficiente.
12	Criar, divulgar e incentivar pessoas e empresas a adotarem práticas sustentáveis, além de fortalecer a capacidade tecnológica para avançar com o consumo e produção sustentáveis. Eliminar incentivos perversos, que geram externalidades ambientais.
13	Fortalecer políticas climáticas, promovendo mecanismos para aumentar a capacidade de planejamento, gestão e regulamentação dos incentivos às medidas de mitigação e adaptação aos efeitos da mudança do clima, implementando melhorias no planejamento local perante riscos de catástrofes ambientais.
14	Regulamentação e fiscalização eficazes contra a exploração pesqueira, incentivando a pesca legal e segura. Aumentar o conhecimento científico e o desenvolvimento tecnológico de pesquisas, fortalecendo a proteção da saúde marinha.
15	Garantir a conservação dos ecossistemas, bem como adotar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitats naturais, acabando com a caça ilegal, tráfico de espécies, além de evitar a erradicação de espécies prioritárias. Aumento de recursos financeiros para uma melhor gestão e conservação.
16	Fortalecer, garantir e criar instituições eficazes, pertinentes e representativas que previnam a violência e a discriminação ao desenvolvimento sustentável, reduzindo desigualdades entre a população.
17	Promover e fortalecer parcerias e a mobilização de pessoas e recursos financeiros a fim de impulsionar a ciência, tecnologia e informação, formando parcerias eficazes. Fomentar a informação segura e atualizada.

Fonte: Baseado em ODS Brasil (2022).

Ao analisar a internalização da Agenda 2030 e os ODS são encontrados desafios perante ao processo. Inicialmente, é preciso sensibilizar os protagonistas, pessoas e instituições-chave que irão implantar, através da governança, com objetividade e compromisso, as metas globais e adequar as mesmas para definir os indicadores nacionais. Sendo assim, e para melhor entendimento, as metas foram classificadas em 3 níveis. O primeiro nível abrange metas de fácil acompanhamento; o segundo é composto de metas para as quais não existem indicadores diretos, mas que indiretamente são capazes de serem medidas; já o terceiro nível possui metas que não podem ser medidas por indicadores diretos ou indiretos (IPEA, 2018).

4.2 ANÁLISE DE INDICADORES RELACIONADOS ÀS AÇÕES PROPOSTAS PELO BRASIL

Para melhor acompanhamento, compreensão e avaliação da Agenda, além da facilidade em desenvolver um planejamento eficiente, foram definidos indicadores com metas, que buscam nortear e balizar as ações a serem desenvolvidas. De forma geral, indicadores servem para medir o desempenho do trabalho realizado, possibilitam uma gestão analítica e são fundamentais para controlar e analisar o desempenho e acompanhamento perante as metas estabelecidas. Com base nisso, é possível tomar decisões e traçar planos futuros, a fim de buscar atingir as metas de maneira facilitada, com foco nos resultados e estratégias de operações alinhadas (SILVA; LIMA, 2015).

Este monitoramento depende dos dados fornecidos pelos países, coletados regionalmente e internacionalmente. No Brasil, o responsável pelas informações é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esta instituição criou a plataforma ODS Brasil, que coleta informações e disponibiliza um conjunto de indicadores globais. Ainda é responsável por atualizar a população com notícias, entrevistas e reportagens ligados ao tema.

No total há 254 indicadores que estão relacionados aos 17 ODS. Os indicadores selecionados para avaliação de cada um dos ODS estão apresentados no Quadro 2.

Quadro 2 – Indicadores relacionados aos ODS selecionados para o estudo

Objetivo	Indicadores analisados no estudo
1	Proporção da população vivendo abaixo da linha de pobreza nacional
2	Subsídios às exportações
3	Taxa de cobertura vacinal da população em relação às vacinas incluídas no programa nacional de vacinação
4	Taxa de conclusão do ensino fundamental e ensino médio
5	Proporção de assentos ocupados por mulheres em parlamentos nacionais e governos locais
6	Proporção da população que utiliza serviços de água potável gerenciados de forma segura
7	Participação das energias renováveis na oferta interna de energia (OIE)
8	Proporção de trabalhadores ocupados em atividades informais
9	Emprego na indústria em proporção do emprego total
10	Proporção da população de refugiados
11	Número de mortes, pessoas desaparecidas e pessoas diretamente afetadas atribuído a desastres
12	Taxa de reciclagem nacional por toneladas de material reciclado
13	As emissões totais de gases de efeito estufa por ano
14	Cobertura de áreas marinhas protegidas em relação às áreas marinhas
15	Área florestal como proporção da área total do território
16	Proporção da população que se sente segura quando caminha sozinha na área onde vive
17	Volume de remessas (em dólares dos estados unidos) como proporção do pib total

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Dentre os objetivos propostos ligados ao ODS 1 está a busca em diminuir a taxa de pobreza extrema no país. A menor taxa já atingida, foi no ano de 2018, quando a mesma atingiu a marca de 6,5% da população brasileira. Contudo, no ano de 2020, por conta da pandemia do novo coronavírus, os números sofreram alterações. De acordo com a Fundação Getúlio Vargas Social, com base nos dados da PNAD Contínua (Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios), 12,8% dos brasileiros passaram a viver com menos de R\$ 246 ao mês no final do ano de 2021 (CANZIAN, 2021). Até 2030, o Brasil pretende erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, o que só irá acontecer quando a taxa da população vivendo nesta situação chegar a 3% da população total brasileira (IPEA, 2019).

O segundo ODS, que está ligado aos subsídios às exportações, não demonstrou avanços. O Brasil ocupa o 13^a lugar de maior economia global, e a 25^a posição entre os maiores exportadores mundiais de bens (PORTAL DA INDÚSTRIA, 2021). Destaca-se, no cenário das exportações brasileiras, a soja, já

que o Brasil é responsável por cerca de 50% do mercado mundial desse produto (GUARALDO, 2021). Em busca deste objetivo, e a fim de aumentar as exportações, o governo isenta os exportadores de diversos impostos, como IOF, PIS, COFINS, IPI, ISS, entre outros.

Em relação à análise do ODS 3, observou-se que o Brasil conta com o Programa Nacional de Vacinação que visa facilitar o acesso da população às vacinas disponíveis. Com este programa, já foi possível imunizar grande parte da população com diferentes vacinas. Um exemplo de sucesso foram as campanhas contra poliomielite que foram iniciadas em 1980, estando o país livre da doença desde 1990, alcançando 95% de cobertura vacinal e erradicando a mesma do país (ROTARY, 2022).

Para o ODS 4, que fala sobre a taxa da população a qual concluiu o ensino fundamental e médio, foram coletados no ano de 2019 dados com pessoas de 25 anos ou mais, que finalizaram o ensino médio, o qual atingiu a marca de 27,4% da população (IBGE, 2019). Este percentual está abaixo do estabelecido para ser atingido até 2030. A taxa está na mesma proporção que a da República Dominicana, que, dentre os países latino-americanos, fica abaixo apenas de El Salvador, Honduras e Guatemala (SALAZAR, 2018).

O quinto objetivo, ao falar de igualdade de gênero na política, analisou a Câmara dos Deputados do Brasil. Segundo a Câmara dos Deputados do Brasil (2019), apenas 77 dos 513 assentos são ocupados por mulheres. Este número representa apenas 14% do total, tendo em vista que o ideal para atingir a igualdade de gênero é obter um percentual de 50% de mulheres ocupando os assentos. A ONU Mulheres (2020), apontou que estes números levam o Brasil aos piores indicadores da América Latina, em 9º lugar, entre 11 países.

O objetivo 6 prevê água potável e saneamento básico, porém, o atual percentual da população brasileira com acesso a água potável é de cerca de 84%, um percentual abaixo da meta a ser atingida até 2030 (TRATA BRASIL, 2022). Portanto, é preciso melhorar a qualidade hídrica do país, reduzindo a poluição, eliminando despejos e minimizando o lançamento de materiais e substâncias perigosas (IPEA, 2019).

Já o ODS 7 busca participação de energias renováveis na matriz energética brasileira. O Brasil é responsável pela produção de 7,2% da energia renovável mundial, porém, o acesso da população ainda é custoso (GOVERNO FEDERAL DO BRASIL, 2016). Por isso, segundo o Governo Federal do Brasil (2022), serão criados incentivos a fim de eliminar os impostos de importação de equipamentos de energia solar, permitindo o aumento da competitividade da fonte solar no Brasil.

Quanto ao objetivo 8, que idealiza a redução do trabalho informal, foi possível observar que, no Brasil, o trabalho informal chega a 38 milhões de trabalhadores sem vínculo formal, o que representa 40,6% da população ocupada no 3º trimestre de 2021 (IBGE, 2021). Portanto, para promover a geração de

trabalho digno e formal, o governo deverá fomentar programas de formação profissional, ajustar as leis trabalhistas e praticar melhorias nos sistemas empregatícios.

Para o ODS 9 é previsto significativo aumento na industrialização sustentável até 2030, aumentando sua participação no emprego. Segundo pesquisa da CNI (AGÊNCIA BRASIL, 2022), houve um aumento de 0,1% em janeiro de 2022, frente a dezembro de 2021. Este formato de industrialização trará benefícios, tendo em vista que, além de incentivos governamentais, observa-se economia de energia e outros benefícios.

O décimo objetivo prevê facilitar a migração e promoção da integração de migrantes e refugiados à sociedade brasileira. Sendo assim, será facilitada a “proteção internacional” aos que necessitarem. Um ponto bastante favorável ao Brasil é de que o país está entre os mais favoráveis à recepção de refugiados do mundo (IPSOS, 2021).

O ODS 11 busca maior segurança, diminuição das taxas de mortalidade e desaparecimento de pessoas. Nos primeiros 5 meses do ano de 2022, 457 pessoas morreram pelo aumento excessivo de chuvas (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS, 2022), o que evidencia um indicador pouco promissor no cenário atual. Além disso, muitos dos problemas relacionados à segurança pública brasileira são desencadeados pela falta de políticas públicas, investimentos e proteção à população.

O objetivo 12, que fala da reciclagem, mostra um cenário ainda precário no Brasil. Por ano, no Brasil, são gerados quase 80 milhões de toneladas de lixo e, deste número, apenas 3% são destinados à reciclagem, indicador que está abaixo da média mundial (BORGES, 2021). Com isso, perdem-se bilhões de reais todos os anos com o descarte incorreto e, junto disso, várias oportunidades de emprego, serviços e produtos.

Na mesma linha, para o ODS 13, no que diz respeito ao indicador analisado, o Brasil não foi eficaz. Foi registrado um aumento de 9,5% na emissão de gases no ano de 2020. Uma das causas está relacionada ao desmatamento da Amazônia, alcançando 782 milhões de toneladas de CO2 emitidas (PRIZIBISCZKI, 2021). Percebe-se que o país não está promovendo o necessário incentivo do uso das energias renováveis, afim de diminuir o uso das energias poluentes.

Para o ODS 14, que prevê preservação da área marinha e costeira brasileira, foi constatado no ano de 2021, que apenas 27,8% desta área é preservada (GOVERNO FEDERAL DO BRASIL, 2021). Portanto, será preciso conservar pelo menos mais 10% das zonas costeiras e marinhas, até o cumprimento da Agenda, de acordo com a legislação nacional e internacional e com base na melhor informação científica disponível.

O décimo quinto objetivo busca a preservação da área florestal brasileira. Esta equivale a 58,5% do território total, uma área de 497.962.509 hectares e, deste total, 98% são florestas naturais e apenas 2%

florestas plantadas (SNIF, 2021). O Plano Amazônia está em ação para evitar crimes ambientais, porém, ainda não se observa uma redução considerável nos indicadores relacionados a essa área.

O penúltimo ODS fala sobre segurança pública, entretanto, em 2009, o IBGE apontou que 47,2% da população sentia-se insegura nas cidades onde viviam. Em comparação entre áreas urbanas e áreas rurais, 22,1% dos moradores rurais sentiam-se mais seguros. Segundo Santos (2018), a pesquisa Gallup revela que a insegurança dos brasileiros só não é maior que da Venezuela.

Por fim, o ODS 17 analisa o volume de remessas enviadas por brasileiros ao exterior. Segundo Nakagawa (2020), as remessas para fora do país aumentam conforme a piora da economia. Segundo o Banco Central do Brasil (2021), o percentual de remessas em dólares, em proporção ao PIB total do Brasil, desde 2011 a 2019, variou de 0,12% a 0,13%. Em 2015, houve o maior percentual registrado, atingindo o percentual de 0,16%. No ano seguinte, sofreu uma queda no percentual que foi estabilizado no ano de 2018 e se mantendo no ano de 2019.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluída a análise dos resultados, é possível identificar e refletir sobre as contribuições do estudo, possibilitando uma análise dos principais objetivos da Agenda, suas metas e seus indicadores. Para isso, foi preciso observar os objetivos propostos ao início do estudo, com o intuito de analisar e refletir sobre as contribuições do estudo realizado, destacando também limitações, bem como sugestões para pesquisas futuras.

A fim de analisar os objetivos de desenvolvimento sustentável e o compromisso do Brasil para com a Agenda 2030, buscando atingir o objetivo geral, foi realizada uma análise dos objetivos de desenvolvimento sustentável estabelecidos pela ONU, os quais são utilizados mundialmente, e que, distribuídos em 17 enfoques, buscam melhorias, desenvolvimento e compromisso dos países e população para o cumprimento das metas.

Porém, ao analisar os objetivos mundiais, notou-se que algumas das propostas estabelecidas não estão de acordo com a realidade brasileira. Por isso, foram ajustadas ou removidas do plano pelo governo do Brasil, a fim de poder atender aos ODS. Segundo a Organização das Nações Unidas Brasil (ONU BRASIL, 2018), o trabalho da nação para com a Agenda contribui ao apelo global contra a pobreza, em prol da proteção ao meio ambiente e ao clima, e dá garantia de um futuro de paz e prosperidade para a população, visando a atingir a Agenda 2030 no Brasil.

Sendo assim, foi realizada uma análise de um indicador brasileiro relacionado a cada um dos ODS, possibilitando uma percepção, ainda que parcial, do trabalho desenvolvido pelo Brasil até o presente

momento. A análise mostrou pequenos avanços ou até mesmo retrocessos nos indicadores avaliados, o que mostra que ainda é preciso trabalhar muito para poder evoluir e caminhar junto à Agenda até 2030.

Apesar desse estudo promover reflexões importantes acerca do papel do Brasil no cumprimento dos ODS, vale destacar que, a fim de viabilizar a execução da pesquisa, a escolha de analisar apenas um indicador por objetivo torna-se uma limitação importante. Porém, tem-se a clareza de que, caso fossem escolhidos outros indicadores, poderiam ser geradas análises distintas. Outra limitação importante diz respeito à não padronização da análise histórica dos dados, já que cada indicador foi analisado com as informações oficiais disponíveis. Apesar de ser possível observar o desempenho atual em relação a cada meta estabelecida, esse fato impossibilita análises sobre a evolução do país em relação a cada indicador. Além disso, para se ampliar o conhecimento em relação à performance do Brasil no cumprimento dos ODS, estudos futuros podem buscar analisar um grupo de indicadores diferentes do aqui estudado, ou, ainda, avaliar todos os indicadores dentro de um dos 17 objetivos propostos. Ressalta-se, por fim, a importância de que, para uma visão global do desempenho do Brasil no cumprimento da Agenda, é necessário que todos os indicadores relacionados a cada um dos 17 objetivos sejam avaliados, fato que abre espaço para pesquisas futuras que desejem seguir investigando essa temática.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Emprego na indústria cresce 0,1% em janeiro, aponta CNI**. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-03/emprego-na-industria-cresce-01-em-janeiro-aponta-cni>. Acesso em: 01 maio 2022.

SANTAREM, A. R.; BEGNIS, H. S. M. Somos sustentáveis? Contribuições para a análise da gestão sustentável da cadeia de suprimentos. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, v. 18, n. 1, p. 27-55, 2021. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistagestaoedesenvolvimento/article/view/2346/2740>. Acesso em: 19 mai. 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Transferências internacionais de brasileiros cresceu em 2021**. 2022. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub>. Acesso em: 22 maio 2022.

BECKERS, A. C. B. R.; PINHEIRO, D. M.; WINTER, L. A. C. **Globalização, mudança climática, a implementação do objetivo de desenvolvimento sustentável nº 13 eo atual impasse do Estado Brasileiro**: por uma agenda 2030, v. 2, n. 2, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/inter/article/download/29983/17620>. Acesso em: 7 nov. 2021.

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é - o que não é**. São Paulo: Editora Vozes Limitada, 2017.

BORGES, L. **Você sabe qual é a Taxa de Reciclagem de alguns resíduos que produzimos?** Autossustentável. 2021. Disponível em: <https://autossustentavel.com/2021/11/taxa-reciclagem-residuos.html>. Acesso em: 13 mar. de 2021.

BRZOWSKI, J. Migração internacional e desenvolvimento econômico. **Revista Estudos Avançados**, n. 26, v.75, p. 137-156, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/6JmxFzPTBpzgcQkV3dGh9C-F/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 out. 2021.

CACB. Confederação das associações comerciais e empresariais do Brasil. **Como atua o brasil em relação aos ods?** 2021. Disponível em: <https://cacb.org.br/empreender/como-atua-o-brasil-em-relacao-aos-ods>. Acesso em: 13 mar. 2021.

CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL. **Baixa representatividade de brasileiras na política se reflete na Câmara.** 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/554554-baixa-representatividade-de-brasileiras-na-politica-se-reflete-na-camara>. Acesso em: 12 maio 2022.

CANZIAN, F. Brasil começa 2021 com mais miseráveis que há uma década. **Folha de São Paulo**, 2021. Disponível em: [https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/01/brasil-comeca-2021-com-mais-miseraveis-que-ha-uma-decada.shtml#:~:text=Neste%20janeiro%2C%2012%2C8%25,\)%20Cont%C3%AD-nua%20e%20Covid%2D19](https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/01/brasil-comeca-2021-com-mais-miseraveis-que-ha-uma-decada.shtml#:~:text=Neste%20janeiro%2C%2012%2C8%25,)%20Cont%C3%AD-nua%20e%20Covid%2D19). Acesso em: 13 de jun. 2022.

CIGNACCO, B. R. **Fundamentos de Comércio Internacional para Pequenas e Médias Empresas.** Editora Saraiva, 2009.

CLARO, P. B. O.; CLARO, D. P.; AMÂNCIO, R. Entendendo o conceito desustentabilidade nas organizações. **Revista de Administração -RAUSP**, v. 43, n. 4, p. 289-300, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2234/223417504001.pdf>. Acesso em: 30 out. 2021.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. **Mais de 25% das mortes por chuvas no Brasil nos últimos 10 anos ocorreram em 2022.** 2022. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/mais-de-25-das-mortes-por-chuvas-no-brasil-nos-ultimos-10-anos-ocorreram-em-2022>. Acesso em: 29 mai. 2022.

DE OLIVEIRA CLARO, P. B.; CLARO, D. P.; AMÂNCIO, R. Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações. **Revista de Administração-RAUSP**, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2234/223417504001.pdf>. Acesso em: 30 out. 2021.

DUGNANI, P. Globalização e Desglobalização: Outro Dilema da Pós- Modernidade. **Revista FAMECOS**, v. 25, n. 2, p. 1-14, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2018.2.27918>. Acesso em: 07 nov. 2021.

FINURAS, P. **Globalização e Gestão das Diferenças Culturais**. 2. ed. Lisboa: Edições Sílabos, 2018.

FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Grupo A, 2009.

GOVERNO FEDERAL DO BRASIL. **Energia**. 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/produktividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/mdic/comercio-exterior/energia>. Acesso em: 10 abr. 2022.

GOVERNO FEDERAL DO BRASIL. **Bons resultados dos indicadores brasileiros mostram que o Brasil avança na retomada econômica**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2022/04/os-bons-resultados-dos-indicadores-brasileiros-mostram-que-o-brasil-avanca-na-retomada-economica>. Acesso em: 25 mar. 2022.

GOVERNO FEDERAL DO BRASIL. **Unidades de Conservação Costeiras e Marinhas**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/ecossistemas-1/ecossistemas-costeiros-e-marinhas/unidades-de-conservacao-costeiras-e-marinhas>. Acesso em: 05 maio 2022.

GUARALDO, M. C. **Brasil é o quarto maior produtor de grãos e o maior exportador de carne bovina do mundo, diz estudo**. EMBRAPA. 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/62619259/brasil-e-o-quarto-maior-produtor-de-graos-e-o-maior-exportador-de-carne-bovina-do-mundo-diz-estudo>. Acesso em: 25 abr. 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Principais destaques da evolução do mercado de trabalho no Brasil**. 2021. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Principais_destaque_PNAD_continua/2012_2020/PNAD_continua_retrospectiva_2012_2020.pdf. Acesso em: 28 maio 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Conheça o Brasil - Educação da População**. 2019. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html>. Acesso em: 20 abr. 2022.

INDIGO. **Os 3 pilares da sustentabilidade: econômico, social e ambiental**. 2020. Disponível em: <https://www.indigoag.com.br/pt-br/blog/os-3-pilares-da-sustentabilidade>. Acesso em: 30 maio 2022.

IPEA. Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada. **ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2018. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/>

livros/180801_ods_metas_nac_dos_obj_de_desenv_susten_propos_de_adequa.pdf. Acesso em: 14 mar. 2022.

IPEA. Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/index.html>. Acesso em: 1 abr. 2022.

IPSOS. **Dia Mundial dos Refugiados: no Brasil, 8 em cada 10 apoiam acolhimento de refugiados**. 2021. Disponível em: <https://www.ipsos.com/pt-br>. Acesso em: 10 jun. 2022.

LIMA, R. A. A produção de energias renováveis e o desenvolvimento sustentável: Uma análise no cenário da Mudança do Clima. **Revista Direito Energia**, v. 5, n. 4, p. 1-17, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/direitoenergia/article/view/5145>. Acesso em: 24 out. 2021.

FERRAZ, L. R. Dez anos das licitações sustentáveis no brasil: distância entre a previsão legal e a prática. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, v. 18, n. 2, p. 114-131, 2021. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistagestaoedesenvolvimento/article/view/2445/2866>. Acesso em: 27 maio 2022.

MACHADO, M. W.; MATSUSHITA, T. L. **Globalização e Blocos Econômicos**. Edição Extraordinária: Direitos Humanos, v. 1, n. 1, p. 104-132, 2019.

MARQUES, M. F. C. **Agenda 2030: objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) da ONU: desafios ao desenvolvimento tecnológico e à inovação empresarial**. Dissertação (Mestrado). Lisboa: Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/12318/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o.pdf>. Acesso em: 06 out. 2021.

MICHAELSEN, A. **Agenda 2030: quais os esforços para promover o desenvolvimento sustentável? Politize**, 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/agenda-2030>. Acesso em: 18 out. 2021.

NAKAGAWA, F. **Remessa disparada e brasileiro no exterior já manda US\$ 358 mil por hora à família**. CNN Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/remessa-disparada-e-brasileiro-no-externo-ja-manda-us-358-mil-por-hora-a-familia>. Acesso em: 15 jun. 2022.

ODS BRASIL. **Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br>. Acesso em: 22 maio 2022.

OLIVEIRA, G. R. **Implicações da globalização no desenvolvimento socioeconômico e na sustentabilidade ambiental**. Foz do Iguaçu: Orbis Latina, 2018.

ONU BRASIL. **Articulando os Programas de Governo com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:** Orientações para organizações políticas e a cidadania. 2018. Disponível em: https://www.cidadessustentaveis.org.br/arquivos/Publicacoes/articulando_programas_de_governos_com_agenda_2030.pdf. Acesso em: 13 mar. 2021.

ONU BRASIL. **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil.** Nações Unidas Brasil. 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 07 jun. 2022.

ONU MULHERES. **Estudo conduzido pelo PNUD e pela ONU Mulheres sobre direitos políticos das mulheres coloca o Brasil em 9º lugar entre 11 países da América Latina.** 2020. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/estudo-conduzido-pelo-pnud-e-pela-onu-mulheres-sobre-direitos-politicos-das-mulheres-coloca-o-brasil-em-9o-lugar-entre-11-paises-da-america-latina>. Acesso em: 21 maio 2022.

PORTAL DA INDÚSTRIA. **Exportação no Brasil:** presença no mercado global. 2021. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/industria-de-a-z/exportacao-e-comercio-exterior>. Acesso em: 27 abr. 2022.

PRIZIBISCZKI, C. **Em plena pandemia, Brasil registra aumento de 9,5% nas emissões de gases estufa.** O ECO. 2021. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/em-plena-pandemia-brasil-registra-aumento-de-95-nas-emissoes-de-gases-estufa/>. Acesso em: 01 maio 2022.

ROTARY. **Eliminando a Pólio.** 2022. Disponível em: <https://www.rotary.org/pt/our-causes/ending-polio>. Acesso em: 3 jun. 2022.

SALAZAR, E. M. G. Economía ecológica frente a economía industrial: El caso de la industria de la curtiduría en México. **Argumentos**, v. 21, n. 56, p. 55-71, 2008. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-57952008000100004&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 20 set. 2021.

SANTOS, Y. M. Igualdade de gênero, objetivos de desenvolvimento sustentável e a guarda familiar. **Monumenta - Revista Científica Multidisciplinar**, v. 2, p. 161-170 2021. Disponível em: <https://revistaunibf.emnuvens.com.br/monumenta/article/view/25>. Acesso em: 24 out. 2021.

SANTOS, Y. **No mundial da segurança, Brasil é o 4º pior entre 142 países.** Folha de São Paulo, 2018. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/no-mundial-da-seguranca-brasil-e-o-4o-pior-entre-142-paises>. Acesso em: 24 maio 2022.

SAPIENZA, R.; PANDOLFI, M. A. C. Responsabilidade Social e Sustentabilidade como estratégias das empresas. **Revista Interface Tecnológica**, v. 16, n. 1, p. 327-336, 2019. Disponível em: <https://revista.fatec-tq.edu.br/index.php/interfacetecnologica/article/view/608>. Acesso em: 07 nov. 2021.

SCHIO, N. D. S.; MAZZIONI, S.; MOURA, G. D.; DAL MAGRO, C. B. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as Empresas Participantes do Mercado Acionário Brasileiro. CONGRESSO USP CONTROLADORIA E CONTABILIDADE. **Anais...** São Paulo, SP, Brasil, 2019. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/338531937_Objeticos_de_Desenvolvimento_Sustentavel_e_as_Empresas_Participantes_do_Mercado_Acionario_Brasileiro. Acesso em: 25 out. 2021.

SILVA, E. H. D. R.; LIMA, E. P. O estudo de indicadores de desempenho sob o enfoque da gestão estratégica organizacional. **GEPROS. Gestão da Produção, Operações e Sistemas**, v. 10, n. 3, p. 159-175, 2015. Disponível em: <https://revista.feb.unesp.br/index.php/gepros/article/view/1211/678>. Acesso em: 05 maio 2022.

SOUZA, J. P. A mortalidade materna e os novos objetivos de desenvolvimento sustentável (2016-2030). **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, v. 37, n. 12, p. 549-551, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-720320150005526>. Acesso em: 24 out. 2021.

SNIF. Sistema Nacional de Informações Florestais. **Florestas Naturais**: Florestas do Brasil. 2021. Disponível em: <https://snif.florestal.gov.br/pt-br/os-biomas-e-suas-florestas>. Acesso em: 20 maio 2022.

TORRESI, S. I.; PARDINI, V. L.; FERREIRA, V. O que é sustentabilidade? **Química Nova**, v. 33, n. 1, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/244751296_O_que_e_sustentabilidade. Acesso em: 30 out. 2021.

TRATA BRASIL. **Brasil apresenta evolução mínima nos indicadores de saneamento nos últimos 5 anos**. 2022. Disponível em: <https://www.tratabrasil.org.br/pt/blog-trata/saneamento-blog/brasil-apresenta-evolucao-minima-nos-indicadores-de-saneamento-nos-ultimos-5-anos>. Acesso em: 15 mar. 2022.

UNFPA BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. 2021. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>. Acesso em: 18 out. 2021.